

SERVIÇO SOCIAL COMO UMA EXPRESSÃO DA PRÁXIS NA CRISE CONTEMPORÂNEA DO CAPITALISMO: fundamentos e tendências no Brasil¹

Franci Gomes Cardoso

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Marina Maciel Abreu

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

SERVIÇO SOCIAL COMO UMA EXPRESSÃO DA PRÁXIS NA CRISE CONTEMPORÂNEA DO CAPITALISMO: fundamentos e tendências no Brasil

Resumo: Aborda fundamentos do Serviço Social como uma expressão da práxis no contexto da crise contemporânea do capitalismo neoliberal na particularidade da sociedade brasileira. Busca sustentação na categoria da práxis a partir do pensamento de Marx e da tradição marxista para avançar na análise das alterações nas condições concretas de desenvolvimento e de sustentação teórico-metodológica e ético-política do projeto profissional orientado pela perspectiva da emancipação humana. Tais condições, neste contexto, tendem para retrocessos.

Palavras-chave: Serviço Social, práxis, neoliberalismo, crise contemporânea, emancipação humana.

SOCIAL WORK AS AN EXPRESSION OF PRAXIS IN CONTEMPORARY CRISIS OF CAPITALISM: fundamentals and trends in Brazil

Abstract: It covers fundamentals of Social Work as an expression of praxis in the context of the contemporary crisis of neoliberal capitalism in the particularity of Brazilian society. It also searches support in the category of praxis from the thought of Marx and the marxist tradition to advance the analysis of changes in the concrete conditions of development and support theoretical-methodological and ethical-political of the professional project driven by the human emancipation perspective. Taking this context into consideration, such conditions tend to setbacks.

Keywords: Social Work, praxis, neoliberalism, contemporary crisis, human emancipation.

Recebido em 04.01.2014. Aprovado em 06. 01. 2014.

1 INTRODUÇÃO

Entendemos que o debate sobre a categoria da práxis em Serviço Social, na América Latina, foi introduzido com o Movimento de Reconceituação em 1965² a partir de contribuições como as de Vicente de Paula Faleiros (1972; 1981)³, Boris Alexis Lima (1972; 1976)⁴, Maria Angélica Gallardo Clark (1973), Ezequiel Ander-Egg (1973), Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais/Belo-Horizonte/MG (1974)⁶ dentre muitas outras relacionadas à crítica e contestação do projeto tradicional conservador de influência norte-americana e à busca de novas bases de fundamentação apoiada no materialismo histórico e dialético para a construção de um novo projeto profissional para a América Latina⁷.

Nessas contribuições, de um modo geral, apesar das fragilidades teóricas e diferenças quanto às vertentes no campo do marxismo, a discussão sobre a práxis tende a concentrar-se no eixo da metodologia do trabalho social, com enfoque no debate da relação entre teoria e prática, tida como condição para o avanço teórico e prático da profissão na realidade latino-americana; portanto, uma abordagem ainda muito restrita, parcial em relação à complexidade da práxis como a categoria teórica mais geral do pensamento marxiano e tradição marxista.

No Serviço Social brasileiro, os estudos sobre essa categoria são impulsionados principalmente pela difusão da experiência pioneira da Escola de Serviço Social/Universidade Católica de Minas Gerais (1974), conhecido como o Método BH, que constituiu “[...] uma crítica teórico-prática ao tradicionalismo [...]” com a proposta de construção de “[...] uma alternativa global [...]” (NETTO, 1991, p. 276); e pela edição em português de duas obras publicadas pela Editora ECRO/Buenos Aires, mencionadas nas notas 5 e 6 deste trabalho: uma da autoria de Boris Alexis Lima, em 1976, intitulada *Contribuição à Metodologia do Serviço Social*, originalmente *Epistemología del Trabajo Social*, publicada em 1972; a outra, de autoria de Vicente de Paula Faleiros, em 1981, com o título *Metodología e Ideología do Trabalho Social*, uma versão revista e ampliada do livro *Trabajo Social, ideología y método*, publicado em 1972. Sob essas influências, admitimos que tenham sido estruturadas, em grande parte, as experiências acadêmicas de investigação-ação nos anos 1970-80, na base dos chamados projetos-pilotos (caracterizados como estágio, pesquisa e extensão) desenvolvidos em cursos de Serviço Social no país. Tais experiências, viabilizadas nos marcos contraditórios da reforma da instituição universitária engendrada pela ditadura militar com vista ao controle da educação superior e da produção intelectual, em que pesem limitações e equívocos teóricos e operativos, como acentuam análises como as de Santos (1982), Carvalho

(1982), Netto (1991), Abreu (2002), entre outras, constituíam espaços de reflexão sobre o Serviço Social, privilegiando o eixo da metodologia, em que a categoria da práxis é invocada para pensar a relação entre a teoria e prática; e, ensejaram aproximação ao pensamento marxista ainda sob a influência do marxismo acadêmico (HOBBSAWM, 1990) como assinalou Netto (1991) e, marcadamente, pelo viés da Teologia da Libertação.

Os avanços teóricos da profissão no campo do marxismo impulsionados pelo fortalecimento da pesquisa e produção intelectual com a consolidação da pós-graduação na área do Serviço Social iniciada em 1972 no país e o crescimento político organizativo da categoria dos assistentes sociais em um contexto de efervescência das lutas e conquistas da organização dos trabalhadores de cunho classista e anticapitalista consubstanciam a construção e desenvolvimento de um amplo processo de crítica da profissão e busca de vinculação e compromisso com a perspectiva emancipatória da classe trabalhadora, base da emancipação de toda a humanidade. A perspectiva da emancipação humana, passando pelas conquistas no campo dos direitos - emancipação política -, constitui a direção social e política do posteriormente intitulado *Projeto ético-político profissional do Serviço Social* (NETTO, 2000) que se consolida e ganha hegemonia nos anos 1980, no país.

Nessa contextualidade, os nossos estudos sobre o Serviço Social adensam-se como parte de um arrojado projeto de atuação acadêmica, política e profissional originado no âmbito de Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão, em 1978, proposto e viabilizado sob a liderança de um grupo de docentes que retornava às atividades após afastamento para mestrado em Serviço Social nos primeiros cursos do país, na PUC/Rio e PUC/SP, envolvendo também assistentes sociais não docentes vinculados a prestação direta serviços assistenciais e estudantes do curso de Serviço Social da UFMA. Nesse projeto, a reflexão sobre a categoria da práxis ganha importância, a partir da referência marxiana e outras referências da tradição marxista com destaque para Gramsci, como fundamento para pensar o Serviço Social como totalidade histórica, ou seja, o Serviço Social como profissão, apreendida a partir das mediações que determinam a sua institucionalização e a particularizam no movimento real totalizante da práxis, constituindo-se uma expressão desse movimento, enquanto uma totalidade em menor nível de complexidade.

O pressuposto é de que a práxis, categoria marxiana mais geral, dá conta do movimento histórico totalizante da sociedade, como complexo de determinações ou de mediações, que engloba desde os processos macroestruturais às expressões mais imediatas da vida social. Na sociedade capitalista, a práxis reflete um modo peculiar de construção da

vida social, fundado na mercantilização universal e na produção da mais-valia, que representam a condição e o produto das relações de dependência, alienação e antagonismo entre os homens enquanto pertencentes a duas classes sociais fundamentais – a burguesia, classe detentora do capital e dos meios de produção e a classe dos que possuem a força de trabalho –; e traduz a luta de classes na construção/transformação da vida social, tendo o trabalho como referência primeira e não a única desse movimento.

Sob esta ótica, a perspectiva da práxis emancipatória vincula-se à tarefa histórica revolucionária da classe trabalhadora em sua totalidade, de superação da ordem burguesa e da sua própria supressão como classe na construção de uma nova ordem societária. Tem-se que esta perspectiva, atualmente, é profundamente tensionada pela ofensiva neoliberal que não só consubstancia e promove a superexploração da força de trabalho, o desemprego, a supressão/redução dos sistemas públicos de proteção social e o fortalecimento do *terceiro setor* no enfrentamento das desigualdades; como investe na desmobilização e enfraquecimento da resistência e organização autônoma da classe trabalhadora, agravadas com a derrocada das experiências do chamado socialismo real, no final da década de 1980, em que perde força a perspectiva da emancipação humana como horizonte histórico de um projeto societário alternativo ao capitalismo.

Neste artigo explicitamos elementos de atualização do nosso debate, organizados em dois eixos: no primeiro, reafirmamos a categoria da práxis como fundamento da prática profissional do assistente social e destacamos as principais polêmicas em torno desta tese; no segundo, discutimos a práxis emancipatória na crise do capitalismo na sociedade brasileira e apontamos implicações no Serviço Social.

2 A CATEGORIA DA PRÁXIS COMO FUNDAMENTO DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL COMO TOTALIDADE HISTÓRICA

A práxis, como dito, representa no pensamento marxiano a categoria mais geral que dá conta da totalidade da prática social ou objetivações humanas na produção material e imaterial, na produção e reprodução da sociedade, produção e reprodução da vida social. É, portanto, uma totalidade histórica.

Em Marx, a totalidade é uma categoria ontológica que se põe como a própria realidade social, da qual o sujeito arranca as mediações para determiná-la enquanto um complexo de totalidades que se dispõem segundo graus de maior ou menor complexidade. Estas complexidades, componentes constitutivos da realidade social se articulam com a complexidade maior, pelas mediações. Assim, a práxis social enquanto totalidade de maior grau

de complexidade, no movimento totalizante da sociedade, tem em sua origem o trabalho, mas este não a esgota, embora se constitua sua principal mediação. Através do trabalho o homem se autorrecria, se transforma e, ao mesmo tempo, transforma a natureza externa sobre a qual atua. É nesse processo que as propriedades da natureza são postas em movimento e se convertem em coisas úteis, em valores de uso. Daí ser o primeiro ato histórico a produção dos meios que permitem a satisfação de necessidades para manter o homem vivo, ou seja, a produção da própria vida material, como condição fundamental de toda história. Mas, embora o trabalho se constitua a categoria ontológica fundante do ser social, não esgota as suas objetivações. Pois,

[...] quanto mais se desenvolve o ser social, mais as suas objetivações transcendem o espaço ligado diretamente ao trabalho. No ser social desenvolvido, verificamos a existência de esfera de objetivações que se autonomizaram das exigências imediatas do trabalho – a ciência, a filosofia, a arte etc. (NETTO; BRAZ, 2006, p. 43).

Nessa mesma direção, chamamos atenção para aspectos que devem ser destacados na apreensão e análise das objetivações constitutivas da práxis. Para isso, recorremos a Netto e Braz (2006, p. 43) quando se referem ao ser social e a sua relação com o trabalho:

[1- a distinção] [...] entre formas de práxis voltadas para o controle e a exploração da natureza e formas voltadas para influir no comportamento e na ação dos homens. No primeiro caso, que é o trabalho, o homem é o sujeito e a natureza é o objeto; no segundo caso trata-se da relação sujeito a sujeito, daquelas formas de práxis em que o homem atua sobre si mesmo (como na práxis educativa e na práxis política). [2 –] [...] os produtos e obras resultantes da práxis podem objetivar-se materialmente e/ou idealmente: no caso do trabalho, sua objetivação é necessariamente material; mas há objetivações (por exemplo, os valores éticos) que se realizam sem operar transformações numa estrutura material qualquer.

Retomamos⁷ a ponderação que desenvolvemos em 1989, de que na sociedade capitalista, a práxis é o processo coletivo das classes sociais em luta pela hegemonia no bloco histórico. A burguesia busca manter-se como classe hegemônica, dirigindo e controlando a prática social em função de seus interesses; o proletariado luta para

erigir-se como classe hegemônica, na transformação das relações que o dominam. As classes sociais em suas relações de luta, no enfrentamento de seus interesses, constroem e desenvolvem projetos políticos específicos que expressam concepções de mundo distintas, que englobam e articulam as formas particulares de manifestações da práxis nos diferentes domínios da vida social.

O proletariado como a classe que tem a função revolucionária de transformação da sociedade capitalista, encontra na própria dinâmica desta sociedade as condições históricas dessa transformação. A estrutura-mundo da produção, conforme assinala Gramsci,

[...] qual força exterior e que esmaga o homem, assimila-o a si, torna-o passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas. (GRAMSCI, 1978, p. 53).

Essa nova forma ético-política significa a elaboração da estrutura em superestrutura na consciência dos homens e ao mesmo tempo representa as condições subjetivas e objetivas para a transformação da práxis. Gramsci, pensando a perspectiva de constituição da hegemonia do proletariado, explicita o papel da superestrutura, a sua relativa autonomia em relação à estrutura, ressaltando a importância e desenvolvimento político do conceito de hegemonia,

[...] que representa para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos. (GRAMSCI, 1999, p. 105).

Esse processo de superação do senso comum só é possível nos marcos da filosofia da práxis.

A tese que defendemos de que o Serviço Social enquanto prática profissional se constitui uma expressão da práxis foi um dos eixos principais de críticas e polêmicas colocadas no âmbito da pesquisa sobre o ensino da metodologia nos cursos de Serviço Social no Brasil (1987-1988); e, ainda presente em debates que ocorreram na revisão curricular, coordenada pela ABEPSS na década de 1990, que culminou com as diretrizes curriculares/1996.

No âmbito da citada pesquisa, as críticas sobre a nossa contribuição, sintetizada no artigo *Metodologia do Serviço Social: a práxis como base conceitual* (1988), publicado nos Cadernos ABESS n.3/1989⁸, incidiram sobre o que foi apontado como falta de maior conexão entre a referência gramsciana sobre essa categoria e a análise que desenvolvemos

sobre a questão metodológica em Serviço Social, em que reconhecemos a distinção entre a metodologia da produção do conhecimento e a da intervenção, interpretada de forma equivocada, a nosso ver, como visão dicotômica da relação teoria e prática⁹; foi considerada, ainda, a insuficiente problematização quanto à relação entre o pensamento de Gramsci e o de Marx sobre a citada categoria. A crítica nos impulsionou ao aprofundamento dos nossos estudos da perspectiva marxiana e tradição marxista e a avançar na busca da contribuição para adensar a análise do Serviço Social, a partir da concepção de fundo, que é o Serviço Social como uma expressão práxis, base em que sustentamos a distinção entre o processo da investigação e o processo da intervenção e a unidade entre a teoria e a prática, seja sob o ponto de vista desta, seja sob o ponto de vista daquela.

Na revisão curricular na década de 1990, a polêmica deriva da tese hegemônica, quanto à *centralidade da categoria trabalho* para “[...] apreender a ‘prática profissional’ como trabalho e o exercício profissional inscrito em um processo de trabalho.” (IAMAMOTO, 1998, p. 59). Desse modo, o trabalho passa a constituir a categoria teórica e ontológica que define a natureza do Serviço Social. Esta tese questiona a concepção de Serviço Social como prática profissional, sob o argumento de que

[...] ao se pensar a prática profissional¹⁰, existe a tendência de conectá-la diretamente à prática da sociedade. Alguns qualificam a prática do Serviço Social de ‘práxis social’, ainda que esta se refira à prática social, isto é, ao conjunto da sociedade em seu movimento e contradições. (IAMAMOTO, 1998, p. 60).

Entendemos que esta tese, em que pese a sua pertinência quanto à reafirmação da prática profissional, como uma especialização do trabalho, participe de um processo coletivo de trabalho, parece equivocar-se no questionamento à prática profissional a partir da referência da práxis, se considerarmos os fundamentos marxianos e da tradição marxista das categorias práxis e trabalho. Pela práxis, como “[...] atividade humana sensível.” (MARX, 1993, p. 11) e fundamento da vida social, o homem é transformado em sujeito histórico, pois é na práxis que ele “[...] deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensamento.” (MARX, 1993, p. 12). A vida social processa-se por meio da atividade prática sensível dos homens, como sujeitos históricos, que a realizam sempre no âmbito e através de um conjunto de mediações que determinam a sua inserção particular na totalidade das relações sociais ao mesmo tempo em que exercem influência sobre as mesmas. O trabalho é a principal dessas mediações, pois expressa a forma que a práxis assume em sua origem, mas, não a esgota.

[...] assim, a práxis partindo do trabalho, vai além dele, afirmando potencialidades que se multiplicam num sujeito que se diferencia [...] e cria valores que o trabalho por si, não pode criar. (KONDER, 1992, p. 126).

Sendo assim, a prática profissional só pode ser considerada a partir das mediações que a constituem e a particularizam na totalidade do movimento histórico de uma determinada formação social, como uma expressão desse movimento; e não se esgota no trabalho profissional, embora seja esta a sua expressão primeira. A prática profissional como totalidade histórica envolve a dimensão interventiva, em que se insere o trabalho profissional, a formação, a produção de conhecimento e a organização política dos profissionais. O trabalho profissional constitui uma forma de objetivação da prática profissional do Serviço Social. Deste modo, reiteramos que

[...] para analisar os processos de trabalhos do Assistente Social, enquanto expressão do trabalho coletivo, numa sociedade capitalista, a categoria trabalho é fundamental, tomando-a a partir da práxis, da qual, é a expressão primeira, mas não a única. (CARDOSO, 2000, p. 12).

Assim, é impossível confundir-se práxis enquanto totalidade da prática social dos homens na construção da vida social, com uma prática profissional específica que, na sua dimensão interventiva, tem o trabalho como uma forma de manifestação do trabalho coletivo e como totalidade em menor grau de complexidade, o qual não esgota a prática profissional como totalidade histórica e como expressão da práxis, nem define a natureza da profissão, na perspectiva da tese que defendemos sobre esta.

3 A PRÁXIS EMANCIPATÓRIA E O SERVIÇO SOCIAL NA CRISE DO CAPITALISMO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

A perspectiva emancipatória da classe trabalhadora, referência da emancipação de toda a humanidade, passa pela emancipação política como conquista no campo do direito público, por isso ainda limitada, como a última forma de emancipação na ordem do capital. Segundo Marx (2012, p. 71), toda a emancipação política é

[...] a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade civil, a indivíduo *egoísta independente*; por outro lado, o cidadão, pessoa moral.

Nessa condição, a classe trabalhadora em seu processo de organização e luta contraposta à ordem

do capital pode constituir-se força social e política e almejar a emancipação humana, como projeto de superação das condições materiais e subjetivas da ordem do capital e instauração de uma nova ordem societária, na qual será consumada a emancipação humana. Assim, para Marx (2012, p. 89),

[...] só quando o homem individual real retoma em si o cidadão abstrato e, como homem individual – na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais –, se tornou *ser genérico*; só quando o homem reconheceu e organizou as suas ‘forças próprias’ como forças sociais, e, portanto, não separa mais de si a força social na figura da força política – [é] só então [que] está consumada a emancipação humana.

Essa transformação traduzindo

[...] a coincidência da modificação das circunstâncias com a atividade humana ou alteração de si próprio só pode ser apreendida e compreendida racionalmente como práxis revolucionária. (MARX, 1993, p. 12).

Assim, a emancipação humana está na dependência da práxis revolucionária, tendo como principal sujeito o proletariado, cuja missão histórica é a conquista da liberdade, base da emancipação, só alcançada com a supressão da sociedade de classes e com ela a supressão das classes sociais. Esse processo exige a formação da consciência da classe como classe para si, de forma autônoma e independente em relação à classe dominante, como autorrealização, autotranscendente da própria classe e elemento fundamental embora não suficiente no movimento mais amplo das transformações estruturais e superestruturais. Não por acaso Marx, considerou o proletariado como o coração da emancipação e a filosofia a sua cabeça (MARX, 2012).

As condições objetivas e subjetivas atuais da luta de classes no capitalismo neoliberal são marcadas pelo aprofundamento da exploração e dominação, pela fragmentação da classe trabalhadora em sua totalidade, inflexões em suas principais organizações de mediação política como os sindicatos e os partidos políticos, com “[...] ampla desvantagem para os sujeitos das lutas emancipatórias.” (LOPES, 2009, p. 25).

O movimento da práxis revolucionária da classe trabalhadora na sociedade brasileira reflete a crise em que se encontra o movimento operário e sindical nos planos internacional e nacional, em decorrência da crise mundial do sistema capitalista sob o neoliberalismo, cujas medidas de enfrentamento pelo próprio sistema baseadas na financeirização do capital e na *flexibilização* das

relações de produção e trabalho e dos direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores, antes de constituírem saídas à crise, promovem o seu aprofundamento com implicações mais perversas na periferia do sistema, como é o caso do Brasil, atingindo duramente a classe trabalhadora em sua totalidade.

A política econômica brasileira

[...] sob a égide da financeirização do capital e a adesão ao sistema produtivista-consumista de mercado [...] fortalece a política do rentismo que está na base dos fundos de pensão e têm hoje forte incidência no movimento sindical vinculado ao governo. (LOPES, 2009, p. 25).

Nesse contexto, ocorre o enfraquecimento da mobilização e da resistência ao projeto econômico neoliberal e à cultura neoliberal, esta que se afirma como *cultura do consumo* e procura justificar e “[...] enquadrar todas as ações humanas no domínio do mercado.” (HARVEY, 2011, p. 13), ainda que como assinala Netto (2012a, p. 419, grifo do autor) “[...] à sociedade burguesa contemporânea não caiba legitimamente a identificação como uma ‘sociedade do consumo’.”

Assim, em uma conjuntura marcada pelo crescimento da desigualdade social, em que o país registra o maior nível de pobreza do mundo, é fortalecida a política assistencial e se consolida o chamado *terceiro setor* no enfrentamento da desigualdade, atingindo um grande contingente de trabalhadores empregados e desempregados cuja reprodução física depende de um atendimento assistencial minimalista, individualizado, altamente desmobilizador e despoliticizador da questão social; enquanto isso, a luta social entra em regressão, como acentua Netto e Oliveira (2003, p. 145) ao considerar que a organização dos trabalhadores

[...] já não tem mais ‘força’ social, erodida pela reestruturação produtiva e pelo trabalho abstrato-virtual e ‘força’ política, posto que dificilmente tais mudanças na base técnico-material da produção deixariam de repercutir na formação da classe.

E, ainda, para o mesmo autor “[...] a representação de classe perdeu sua base e o poder político a partir dela estiolou-se.” (NETTO; OLIVEIRA, 2003, p. 146).

A força desmobilizadora do capitalismo neoliberal que fragmenta a classe trabalhadora em seu conjunto fragmenta também a luta social e dispersa as suas formas de resistência. Assim, eclodem em todo o mundo várias formas de organização, de luta e de contestação, com destaque para as manifestações de massa que marcam os protestos neste século, em que se sobressaem os

movimentos de *ocupação* nos Estados Unidos, os *indignados* na Espanha e muitos outros movimentos de protestos em países da África, do Oriente Médio e da América Latina.

Essas manifestações, em grande parte, enfraquecidas em sua estrutura organizativa e no que diz respeito ao cunho classista e anticapitalista, confrontam a austeridade econômica dos governos, o lucro, o desemprego, a exploração, a retirada de direitos, as concepções xenofóbicas e racistas etc.; e, em suas singularidades, denunciam os limites estruturais desse sistema colidentes com os limites da própria existência humana e são indicativas da potencialidade histórica dessa classe na luta por mudanças estruturais e políticas profundas na perspectiva da emancipação humana. (ABREU, 2013, p. 4).

Tais processos em suas contradições incidem no projeto profissional do Serviço Social que busca vinculação à perspectiva emancipatória da classe trabalhadora, a partir de mediações que particularizam o Serviço Social como profissão nas relações sociais. Análises das condições atuais da prática profissional têm levado a interpretações, dentre outras, como as de que a conjuntura atual está favorecendo “[...] a inviabilização do ‘projeto ético-político’.” (NETTO, 2012b, p. 419, grifo do autor), em virtude das condições concretas do mercado nacional do trabalho centrado na assistência e da formação profissional sob a agressiva política neoliberal da Educação Superior que opera para degradá-la e aviltá-la; ou que “[...] está em xeque a sua hegemonia.” (BRAZ, 2007, p. 5), com base em dois problemas: o primeiro refere-se à ausência de uma proposta alternativa a do capital na sociedade brasileira, capaz de unificar interesses distintos relativos ao trabalho e o segundo diz respeito às mudanças nas bases materiais do projeto profissional, com destaque para o mercado de trabalho e formação profissional. Outras análises (MOTA; AMARAL, 2009; RAMOS, 2012) discordam de que o referido projeto ético-político esteja em crise e afirmam que este é tensionado pelas mudanças operadas pela atual crise mundial do capitalismo.

Reafirmamos que, nesses marcos, o projeto ético-político tende a retrocessos profissionais em relação à perspectiva da emancipação humana, considerando principalmente a centralidade da assistência como política de enfrentamento das desigualdades sociais e principal mediação de inserção dos assistentes sociais no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que é revigorada a ideologia do assistencialismo como prática inerente ao capitalismo e à sua necessidade histórica de reprodução das condições das mesmas desigualdades sociais.

Concordamos com Lopes (2009, p. 25) quando analisa que “[...] o assistencialismo metamorfoseado em política de assistência como direito.”, amparado no processo iniciado na constituinte em 1980 e que avança com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e depois com o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) se impõe para o Serviço Social

[...] como uma das principais áreas de intervenção e mercado de trabalho, com repercussões em todas as dimensões da profissão, em particular na formação, sobretudo, através dos estágios; penetra a subjetividade dos profissionais e dos estudantes de Serviço Social em processo que incide na cultura profissional, orientada na prática pela despolitização da questão da pobreza e da desigualdade. (LOPES, 2009, p. 25).

4 CONCLUSÃO

Com base nesta discussão, reafirmamos: a) a concepção do Serviço Social no movimento histórico e totalizante da sociedade brasileira, como uma expressão da práxis e a pertinência desta categoria teórica e ontológica na definição da natureza do Serviço Social como prática profissional; b) a importância dessa perspectiva para analisar a própria profissão como objeto histórico que se move no contexto da crise do capitalismo neoliberal e sofre os efeitos perversos de seu avanço. Pois, como profissão que tem uma função social na história, precisa rever, permanentemente, a sua objetivação como expressão da práxis, construindo respostas às demandas da classe trabalhadora, a cujos interesses o seu projeto ético-político profissional busca vinculação, na perspectiva da luta pela emancipação humana.

Deste modo, a defesa do projeto ético-político orientado por esta perspectiva impõe à categoria profissional dos assistentes sociais o aprofundamento do debate e o fortalecimento da organização político-profissional, coordenada e articulada pelas entidades de organização de Serviço Social, como sujeitos das transformações históricas que ocorrem na profissão na direção do fortalecimento e do avanço das lutas sociais democráticas e na perspectiva da emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **A questão do controle social na produção destrutiva do Capital: estratégias atuais e a necessidade da constituição de um sistema alternativo de controle pela classe trabalhadora.** São Luís, 2013. Capítulo de livro no prelo.

_____. **Serviço Social e a organização da cultura:** perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

ANDER-EGG, E. **Hacia una metodología de la militancia y el compromiso.** Buenos Aires: ECRO, 1973. (Temas de Trabajo Social, n. 9).

BRAZ, Marcelo. A Hegemonia em Xequê: projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. **Revista Inscrita**, Brasília, DF, n. 10, 2007.

CARDOSO, Franci Gomes. As novas diretrizes curriculares para a formação profissional do assistente social: principais polêmicas e desafios. **Temporalis**, Brasília, DF, n. 2, 2000.

CARVALHO, A. M. P. **A questão da Transformação e o Trabalho Social:** uma análise gramsciana. São Paulo: Cortez, 1982.

CLARK, M.A.G. **La praxis del trabajo social en una dirección científica.** Buenos Aires: ECRO, 1973.

FALEIROS, V. de P. **Trabajo Social, ideologia e método.** Buenos Aires: ECRO, 1972.

_____. **Metodologia e ideologia do trabalho social.** São Paulo: Cortez, 1981

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere - v. 1.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Concepção dialética da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações.** 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HOBSBAWM, Eric. O marxismo hoje: um balanço aberto. In: _____. (Org.). **História do marxismo.** v. 11. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis:** o pensamento de Marx no século XXI. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LIMA, B. A. **Contribuição à metodologia do Serviço Social.** Belo Horizonte: Interlivros de Minas Gerais, 1976.

_____. **Epistemologia del Trabajo Social.** Buenos Aires: ECRO, 1972.

_____; FONSECA, L. M. Contribución a la epistemología del Trabajo Social. In: INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL. **Compendio sobre metodología para el Trabajo Social**. Buenos Aires: ECRO, 1974.

LOPES, Josefa Batista. Os desafios, 30 anos depois. **Revista Inscrita**, Brasília, DF, n. 12, 2009.

MACIEL, Marina; CARDOSO, Franci Gomes. Metodologia do Serviço Social: a práxis como base conceitual. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 3, 1989.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: _____. ENGELS, F. **A Ideologia Alemã (Feuerbach)**. São Paulo. Hucitec, 1993.

_____. Emancipação Política e Emancipação Humana. In: NETTO, J. P. (Org). **O Leitor de Marx**. São Paulo: Cortez, 2012.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela. Projeto Profissional e Projeto Societário. **Revista Inscrita**, Brasília, DF, n.12, 2009.

NETTO, José Paulo (Org.). **O Leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012a.

_____. Crise do Capital e consequências societárias. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.111, 2012b.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____; BRAZ, Marcelo. Trabalho, sociedade e valor. In: _____. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006. Cap. 1.

_____; OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

RAMOS, Sâmia Rodrigues. Limites e Possibilidades Históricas do Projeto Ético-Político. **Revista Inscrita**, Brasília, DF, n.12, 2009.

SANTOS, Leila Lima. **Textos de Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1982.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS. Escola de Serviço Social. A Relação “Teoria-Prática” em Trabalho Social. In: INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL. **Compendio sobre metodología para el Trabajo Social**. Buenos Aires: ECRO, 1974.

NOTAS

- 1 Este trabalho compõe a mesa temática coordenada “Serviço Social como uma expressão da práxis na crise contemporânea do capitalismo: fundamentos e tendências no Brasil e na Colômbia” apresentada na VI Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP) realizada no período de 20 a 23 de agosto de 2013. São Luís-MA.
- 2 A realização do *I Seminário de Serviço Social face às mudanças sociais na América Latina* em 1965, em Porto Alegre/RS, Brasil, organizado por um grupo de assistentes sociais da Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai, constitui a principal referência da deflagração do Movimento de Reconceituação do Serviço Social no continente.
- 3 Os títulos: *Trabajo Social, ideologia e método*, de 1972; e *Metodología e Ideologia do Trabalho Social*, de 1981 (esta última é uma versão revista e ampliada da primeira).
- 4 O título *Contribuição à Metodologia do Serviço Social*, originalmente com o título *Epistemología del Trabajo Social*. Devemos destacar a publicação do mesmo autor em co-autoria com Lady Margarita Fonseca intitulado *Contribución a la Epistemología del Trabajo Social*, na coletânea *Compendio sobre Metodología para El Trabajo Social*, Buenos Aires:ECRO, 1974, organizada pelo Instituto de Solidariedade Internacional de la Fundación Konrad Adenauer, com trabalhos e conferências selecionadas entre as apresentadas em Cursos e Seminários realizados pelo *Proyecto de Trabajo Social para a América Latina* del Instituto de Solidariedad Internacional de la Fundación Konrad Adenauer; tal projeto sob a direção geral de Klaus Oehler e direção acadêmica de Consuelo Quiroga.
- 5 Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais/Belo-Horizonte/MG. *A Relação Teoria-Prática em Trabalho Social*. In: Instituto de Solidariedade Internacional (ISI). *Compendio sobre Metodología para El Trabajo Social*, Buenos Aires: ECRO, 1974. Essa coletânea foi organizada pelo Instituto de Solidariedade Internacional de la Fundación Konrad Adenauer, com trabalhos e conferências selecionadas entre as apresentadas em Cursos e Seminários realizados pelo *Proyecto de Trabajo Social para a América Latina* do mencionado instituto, sob a direção geral de Klaus Oehler e direção acadêmica de Consuelo Quiroga.
- 6 Para designar a diferença entre o novo projeto profissional no continente e o projeto profissional tradicional consolidado sob a influência do Serviço Social norte-americano, foi adotada a expressão *Trabajo Social* em 1967, como assinalou Carvalho (1982,p.9), em substituição a *Servicio Social*, em quase todos os países latino-americanos, com exceção do Brasil que manteve Serviço Social, embora Carvalho já a incorpore em seu livro *A questão da Transformação e o Trabalho Social* publicado pela Editora Cortez, originalmente dissertação de Mestrado em Serviço Social, defendida junto a PUC/RIO.

- ⁷ Neste parágrafo e nos dois seguintes reproduzimos com alterações conteúdos da análise desenvolvida no artigo que publicamos sobre a metodologia do Serviço Social (MACIEL; CARDOSO, 1989).
- ⁸ Trata-se do artigo de nossa autoria: Metodologia do Serviço Social: a práxis como base conceitual, publicado no Cadernos ABESS.
- ⁹ Para aprofundamento sobre este debate consultar Cadernos ABESS, n. 3, São Paulo: Cortez, 1989.
- ¹⁰ Há uma incoerência na obra mencionada quanto ao tratamento da prática profissional: ora aparece com aspas sugerindo uma negação dessa concepção do Serviço Social, ora aparece sem aspas reafirmando-a.

Franci Gomes Cardoso

Assistente Social
Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)
Professora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
E-mail: franci@elo.com.br

Marina Maciel Abreu

Assistente Social
Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)
Professora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
E-mail: maciel.m@uol.com.br

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Cidade Universitária do Bacanga
Avenida dos Portugueses, n. 1966, São Luís/MA
CEP: 65.085-580